



# ***ANEXO B***

***RESOLUÇÃO CVM Nº 135, DE 10 DE JUNHO DE 2022***  
***2026.4***

# SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b> .....	3
<b>2. AUDITORES</b> .....	4
<b>3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	6
<b>4. ATIVIDADES DA ENTIDADE</b> .....	6
<b>5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA</b> .....	8
<b>6. ADMINISTRAÇÃO</b> .....	11
<b>7. SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS</b> .....	16
<b>8. REGRAS, PROCEDIMENTOS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	16
<b>9. FUNCIONAMENTO DO MERCADO</b> .....	22
<b>10. SISTEMAS CRÍTICOS</b> .....	22
<b>11. ESTUDO DE VIABILIDADE</b> .....	22
<b>ANEXO 5.2</b> .....	23
<b>ANEXO 6.3</b> .....	25

## ANEXO B À RESOLUÇÃO CVM Nº 135, DE 10 DE JUNHO DE 2022

Conteúdo do formulário a que se refere o inciso II do art. 41

**Nome da entidade:** BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. (“BBCE” ou “Companhia”)

**Data da apresentação:** 13/05/2026

**Motivo da apresentação:**  apresentação anual  atualização  pedido de autorização

### 1. IDENTIFICAÇÃO

#### 1.1. Apresentar as seguintes informações sobre a entidade:

##### a. Nome empresarial anterior, se houver, indicando a data da alteração

O nome empresarial da sociedade, na data de constituição, era A.I.T.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., tendo sido alterado, em 23/11/2011, para BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A., nome empresarial atual.

##### b. CNPJ

13.944.545/0001-06

##### c. Data da constituição

29/06/2011

##### d. Endereço e telefone da sede

Endereço da sede social: Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar, Jardim Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01435-001. Telefone para contato: +55 11 3077-0900.

##### e. Endereço e telefone dos principais escritórios

Como não há filiais ou outros escritórios, considerar o endereço e telefone da sede.

##### f. Página na rede mundial de computadores

<https://www.bbce.com.br>

#### 1.2. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.

#### 1.3. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.

## 2. AUDITORES

### 2.1. Em relação aos auditores independentes que prestaram serviços de auditoria nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

#### a. nome empresarial

- BDO RCS Auditores Independentes SS. ("BDO") (2021, 2022, 2023, 2024 e 2025).
- KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") (2022, 2023, 2024 e 2025).

#### b. nome das pessoas responsáveis, CPF e dados para contato (telefone e e-mail)

BDO	KPMG
<b>Nome:</b> Viviene Alves Bauer <b>CRC:</b> 1SP 253472/O-2 <b>Telefone:</b> (11) 3848-5880 <b>E-mail:</b> contato@bdo.com.br	<b>Nome:</b> Thaís de Lima Rodrigues Leandrini <b>CRC:</b> 1SP SP-280836/O-5 <b>Telefone:</b> (11) 98867-5169 <b>E-mail:</b> tlrodrigues@kpmg.com.br

#### c. data de contratação dos serviços

##### Demonstrações Financeiras:

- KPMG (junho/2023) – Exercício 2023
- KPMG (julho/2024) – Exercício 2024
- KPMG (novembro/2025) – Exercício 2025

##### Relatório Anual da Autorregulação:

- BDO (janeiro/2024) – Exercício 2023
- BDO (janeiro/2025) – Exercício 2024
- BDO (janeiro/2026) – Exercício 2025

#### d. descrição dos serviços contratados

Nos últimos 4 (quatro) exercícios sociais, foi contratado procedimento de auditoria externa independente para verificação das demonstrações financeiras do ano fiscal correspondente.

O trabalho dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras contemplou: (i) o exame das demonstrações financeiras preparadas pela área Financeira da BBCE para cada exercício social, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, a partir do exercício de 2022, também com as normas internacionais (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e (ii) a aplicação de procedimentos técnicos para a emissão da opinião dos auditores independentes, em conformidade com as

melhores práticas do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e do CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Além da auditoria das demonstrações financeiras, com o início da administração de mercado de balcão organizado em 2021, para os exercícios de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente para a auditoria do relatório anual de prestação de contas das atividades do Departamento de Autorregulação da BBCE, em conformidade com o artigo 67, inciso III da Resolução CVM nº 135/2022 (“Relatório Anual de Prestação de Contas do Departamento de Autorregulação”). Os procedimentos de auditoria do Relatório Anual de Prestação de Contas do Departamento de Autorregulação, realizados pela BDO, compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório Anual de Prestação de Contas do Departamento de Autorregulação; (b) o entendimento e análise das informações divulgadas em relação à forma de gestão dos aspectos materiais; (c) a análise dos processos para elaboração do Relatório Anual de Prestação de Contas do Departamento de Autorregulação e da sua estrutura e conteúdo, com base nas diretrizes da Resolução CVM nº 135/2022; (d) a avaliação dos indicadores não financeiros amostrados, compreendendo o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os responsáveis pela elaboração das informações; e (e) a aderência à Resolução CVM nº 135/2022, aplicável na elaboração das informações constantes do Relatório Anual de Prestação de Contas do Departamento de Autorregulação.

#### **e. data da eventual substituição do auditor, informando a justificativa da substituição**

Em conformidade com as melhores práticas envolvendo auditoria independente, para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022, a BBCE substituiu a BDO pela KPMG, propiciando o rodízio periódico de auditores.

#### **2.2. Informar o montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados**

Valores pagos à KPMG no exercício de 2025:

- R\$ 139.937 (valor bruto): Corresponde aos serviços de auditoria, considerando impostos;

Valores pagos à BDO em 2026 referente ao exercício de 2025, em relação ao Relatório Anual de Prestação de Contas das Atividades do Departamento de Autorregulação de 2025: R\$ 15.000,58 (valor bruto).

### 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTROLES INTERNOS

#### 3.1. Em relação aos controles adotados pela entidade para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, informar:

##### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia adota controles internos alinhados com as boas práticas de mercado, por meio de procedimentos estruturados como, por exemplo, procedimentos de compras, contas a pagar, contas a receber, faturamento, apropriação de custos e despesas, capitalizações, dentre outras, além de realizar as respectivas conciliações e controles chaves. Adicionalmente, a área Financeira da BBCE adota as práticas de feito e conferido, utilização de alçadas, estabelecidas na Política Financeira, para assinatura de documentos e aprovações de pagamentos, toda trilha e controles internos referente aos procedimentos financeiros é realizado e monitorado no sistema ERP-SAP B1.

##### b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à administração e ao comitê de auditoria pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Foram reportadas as seguintes recomendações pela Auditoria Externa Independente quanto aos processos e controles internos que subsidiaram o relatório das demonstrações financeiras da Companhia do exercício 2025:

- 1) Melhoria na formalização dos critérios para a avaliação do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos;
- 2) Tratamento Fiscal – Programa de Participação nos Resultados; e
- 3) Aprimoramento dos critérios para a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

##### c. comentários da administração sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Comentários da Administração com relação as recomendações realizadas pela Auditoria Externa Independente:

- 1) A Administração da Companhia esclarece que mantém um acompanhamento rigoroso e contínuo do saldo de ativos fiscais diferidos, assegurando que o montante registrado esteja permanentemente suportado por expectativas razoáveis e tecnicamente fundamentadas de geração de lucros tributáveis futuros.

No que tange às projeções de recuperabilidade, a Administração enfatiza que estas são elaboradas em estrita conformidade com o CPC 32 (IAS 12), utilizando premissas robustas derivadas de cenários de mercado, informações econômicas vigentes e estudos estratégicos desenvolvidos internamente pela própria BBCE. Tais estudos contemplam a evolução do mercado de atuação, iniciativas de diversificação de receitas e a expansão de produtos e

serviços em desenvolvimento, garantindo que o crescimento real projetado não dependa exclusivamente de variáveis macroeconômicas, mas sim de uma estratégia consolidada de crescimento orgânico e operacional.

Em relação às observações da auditoria sobre eventuais divergências entre premissas de crescimento e índices inflacionários publicados, a Administração ressalta que tais variações não resultaram em efeitos relevantes no cronograma estimado de realização dos créditos, tampouco geraram impactos materiais que comprometam a fidedignidade do ativo diferido registrado.

Por fim, a Administração reitera seu compromisso com o aprimoramento contínuo dos critérios e da documentação de suporte das premissas utilizadas, visando fortalecer a objetividade das evidências e a transparência das projeções. Esse monitoramento constante visa assegurar a adequada mensuração e a integral recuperação dos ativos fiscais ao longo do tempo, mantendo a solidez das demonstrações financeiras da Companhia;

- 2) A Administração esclarece que a conta “PPR Administradores”, utilizada a partir de 2025, decorre da formalização de acordo de Participação nos Resultados firmado com o sindicato, o que motivou a segregação contábil entre o PPR dos empregados em geral e o PPR destinado aos administradores.

Considerando a sensibilidade do tema quanto à dedutibilidade fiscal do PPR de administradores, e com o apoio de assessoria jurídica especializada, a Companhia ingressou com ação judicial visando obter segurança jurídica quanto ao tratamento tributário adotado. Em linha com uma postura conservadora, foi realizado depósito judicial no primeiro trimestre de 2026, referente à diferença pró-fisco decorrente do ano-base 2025.

Adicionalmente, a Administração informa que os depósitos judiciais serão efetuados anualmente, à medida que os resultados das metas atreladas ao PPR se concretizem, enquanto perdurar a discussão judicial, mitigando o risco de autuação, encargos moratórios e penalidades.

A Administração entende que o procedimento adotado equilibra a gestão do risco fiscal, a adequada segregação contábil do benefício e a preservação da posição da Companhia até a decisão definitiva do Poder Judiciário.

- 3) A Administração reconhece a oportunidade de aperfeiçoamento na documentação normativa da PCLD. Embora as práticas atuais estejam em conformidade com as normas contábeis brasileiras, a Companhia promoverá a atualização da política vigente para formalizar detalhadamente os critérios objetivos de mensuração da PCLD. Tal medida visa ampliar a transparência, a rastreabilidade e a padronização do processo de cálculo.

Adicionalmente, observamos que todas as recomendações do relatório anterior, referente ao exercício de 2024, foram tratadas pela Companhia.

## 4. ATIVIDADES DA ENTIDADE

### 4.1. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.

## 5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

### 5.1. Anexar tabela, nomeando como Anexo 5.1, identificando o acionista ou grupo de acionistas controladores, e fornecendo em relação a cada um deles:

A Companhia não possui acionista controlador ou grupo de acionistas controladores.

### 5.2. Anexar tabela, nomeando como Anexo 5.2, identificando os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações, que não estejam listados no item 5.1, fornecendo em relação a cada um deles:

a. Nome

b. Nacionalidade

c. CPF/CNPJ

d. Quantidade de ações detidas, por classe e espécie

e. Percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie

f. Percentual detido em relação ao total do capital social

g. Se participa de acordo de acionistas

Vide tabela no Anexo 5.2.

### 5.3. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da entidade ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da requerente, indicar:

a. Partes

Todos os acionistas da BBCE são parte do Acordo de Acionistas vigente, conforme listados a seguir:

1. Atmo Comercializadora de Energia Ltda.
2. Bem Comercializadora S.A.
3. BEP Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.
4. Bolt Energy Comercializadora de Energia LTDA
5. Boven Comercializadora de Energia Ltda.
6. Brito Cunha Participações e Investimentos Ltda.
7. Capitale Holding LTDA.
8. Cinergy Comercializadora de Energia Ltda.
9. CMU Energia Ltda.
10. Comerc Energia S.A.

11. CPFL Comercialização Brasil S.A
12. Delta Comercializadora de Energia Ltda.
13. Diferencial Comercializadora de Energia Ltda.
14. Douglas Valério Becker
15. Ecel - Eléctron Comercializadora de Energia Ltda.
16. Ecom Energia Ltda.
17. EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.
18. Enel Brasil S.A.
19. Engie Brasil Energia S.A.
20. Equatorial Renováveis S.A.
21. Federal Energia S.A
22. Four T - Administração de Bens Próprios e Participações Ltda.
23. Genial Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.
24. GET Comercializadora de Energia S.A.
25. Gold Comercializadora de Energia Ltda.
26. Gopro Holding Participações Ltda.
27. Kroma Comercializadora de Energia Ltda.
28. Libra Comercializadora de Energia Ltda.
29. Lux Energy Comercializadora de Energia Ltda.
30. Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.
31. Nova Energia Comercializadora S.A.
32. P&K Participações Ltda.
33. Pacto Comercializadora de Energia LTDA (Antiga Evolution)
34. Principal Comercializadora de Energia Ltda.
35. Safira Holding S.A.
36. Stima Energia Ltda.
37. Terra Energy Comercializadora de Energia Ltda.
38. Tradener Ltda.
39. Vivaz Energia Ltda.

## **b. Data de celebração**

O Acordo de Acionistas da BBCE foi celebrado em 23 de novembro de 2011, tendo sido aditado em 25 de outubro de 2012 (1º Aditamento), em 02 de agosto de 2013 (2º Aditamento), em 09 de outubro de 2017 (3º Aditamento), em 30 de agosto de 2019 (4º Aditamento), em 31 de agosto de 2022 (5º Aditamento), e em 23 de maio de 2025 (6º Aditamento) versão vigente (“Acordo de Acionistas”).

## **c. Prazo de vigência**

O Acordo de Acionistas tem vigência de 30 (trinta) anos, contados de 23 de novembro de 2011, prorrogáveis por um período igual e sucessivo de 30 anos, mediante concordância expressa dos Acionistas da BBCE, com antecedência mínima de 1 (um) ano do término do prazo de vigência do Acordo de Acionistas.

#### **d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

Conforme anteriormente informado nos itens 5.1 e 5.2 deste Anexo B, a BBCE não possui acionista controlador e nem grupo de acionistas controladores, de forma que o Acordo de Acionistas não prevê dispositivos sobre poder de controle e também não tem como finalidade regular o exercício do direito de voto entre os acionistas, limitando-se a reger os direitos e deveres dos acionistas em relação à transferência das ações da BBCE e outros assuntos não relacionados ao direito de voto ou poder de controle. Adicionalmente, a BBCE possui apenas ações ordinárias com iguais direitos de voto, dando cada ação ordinária direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da BBCE.

#### **e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários**

Conforme disposto no Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração da BBCE são eleitos pelos acionistas com direito a voto em Assembleia Geral. O Acordo de Acionistas da BBCE não estabelece poderes específicos para a eleição direta de administradores ou membros de comitês estatutários (ou não) por um ou outro acionista, limitando-se a estabelecer requisitos mínimos para a eleição de membros do Conselho de Administração, a saber: (i) preenchimento dos requisitos legais para exercício de cargo de administrador de sociedade anônima e, (ii) no caso dos candidatos a membros não independentes, estes deverão ser representantes legais de um acionista da BBCE e poderão ser indicados por acionistas que: (a) integrem o quadro societário da BBCE há, no mínimo, 6 (seis) meses anteriores à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição e (b) estejam em dia com suas obrigações societárias.

#### **f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

Em resumo, o Acordo de Acionistas da BBCE prevê direito de preferência na transferência de ações da Companhia, de forma que, antes de realizar qualquer negócio, o acionista que pretenda transferir ações de sua titularidade deverá ofertar as respectivas ações, nas mesmas condições de preço e forma de pagamento, aos demais acionistas, que poderão exercer o direito de preferência para adquirir as respectivas ações, nos mesmos termos ofertados.

Excetuam-se da regra de direito de preferência as transferências intercompany de ações para (A) sociedade da qual pelo menos 99% (noventa e nove por cento) das quotas ou das ações em que se divide o capital social de referida sociedade ("Veículo") esteja em nome do Acionista, ou (B) Transferência das Ações para acionista Controlador de um Acionista (no caso de Transferência por meio de redução de capital do referido Acionista, distribuição de dividendo *in natura* do referido Acionista ou cisão do Acionista com versão das Ações para o Controlador ou um Veículo) e desde que em ambos os casos: (i) o acionista que for efetuar a transferência continue vinculado aos termos do Acordo de Acionistas, e (ii) o Veículo celebre termo de adesão ao Acordo de Acionistas.

Adicionalmente, na hipótese de emissão de novas ações da Companhia (exceto se em decorrência de política estratégica de captação de recursos junto a terceiros), os acionistas possuem direito de preempção na proporção da quantidade de ações que detiverem no capital social da Companhia, observado o disposto na regulamentação da CVM aplicável em relação ao limite de titulação.

O Acordo de Acionistas estabelece o direito de venda conjunta (*tag along*), hipótese em que, numa operação de venda pretendida por um acionista ofertante, os demais acionistas terão direito de solicitar que suas ações sejam alienadas conjuntamente às ações ofertadas, proporcionalmente às respectivas participações detidas na Companhia e nas mesmas condições da oferta.

Por fim, o Acordo de Acionistas prevê a obrigação de venda conjunta (*drag along*), hipótese em que, caso os Acionistas Ofertantes representem, no mínimo, 3/4 do total das Ações e recebam uma proposta firme e vinculante de um Potencial Adquirente para a venda da totalidade das Ações de emissão da Companhia, e desde que o valor atribuído por Ação por parte do Terceiro em sua proposta vinculante seja, no mínimo, igual ou superior ao Preço-Base, o Grupo Vendedor terá o direito de obrigar os demais Acionistas a venderem a totalidade de suas Ações ao Potencial Adquirente, pelo mesmo preço por Ação e nos mesmos termos e condições previstos na Notificação de Oferta.

#### **g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração**

O Acordo de Acionistas não possui cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração, sendo, contudo, acordado que os acionistas devem instruir os membros não independentes do Conselho de Administração por eles indicados a sempre atender o disposto no Acordo de Acionistas.

## **6. ADMINISTRAÇÃO**

### **6.1. Descrever a estrutura administrativa da entidade, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, indicando:**

#### **a. Atribuições de cada órgão e comitês estatutários ou permanentes**

A BBCE possui os seguintes órgãos e comitês estatutários ou permanentes: Conselho de Administração, Conselho Fiscal (se constituído), Conselho de Autorregulação, Diretoria Estatutária, Comitê de Governança, Comitê de Riscos, Comitês de Ética, Pessoas & ESG, Câmara Consultiva de Autorregulação e Câmara Consultiva de Produtos.

Conselho de Administração: É órgão administrativo da Companhia, de natureza colegiada, ao qual compete estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre questões estratégicas, além das demais atribuições previstas na regulamentação aplicável, no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração. É composto por 05 (cinco) membros, tendo no mínimo 25% de membros independentes.

Conselho Fiscal: Quando instalado, ao Conselho Fiscal compete, além das demais atribuições previstas na legislação, a análise das demonstrações financeiras da Companhia e a fiscalização dos atos dos administradores a fim de verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Conselho de Autorregulação: Órgão estatutário que compõe a estrutura de autorregulação da Companhia, dotado de autonomia funcional e responsável, dentre as demais atribuições previstas

na regulamentação aplicável, Estatuto Social e Regimento Interno, por supervisionar o cumprimento do plano de trabalho do Departamento de Autorregulação e julgar os processos instaurados, instruídos e conduzidos pelo Departamento de Autorregulação, conforme aplicável, nos termos do Regulamento Processual.

Diretoria Estatutária: É órgão administrativo e de representação da Companhia, ao qual compete, além das demais atribuições previstas na regulamentação aplicável e no Estatuto Social da Companhia, a gestão de todos os negócios sociais, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, assim como a representação da Companhia.

Comitê de Governança: É órgão não estatutário e de assessoramento ao Conselho de Administração que tem por objetivo zelar pelos interesses da Companhia no que tange ao estabelecimento das melhores práticas de governança corporativa, especialmente em relação aos assuntos societários, gerenciamento de riscos, políticas, documentos e procedimentos internos da Companhia.

Comitê de Riscos: é órgão não estatutário e de assessoramento à Diretoria da Companhia, que tem por objetivo institucional zelar pelos interesses da Companhia, no que diz respeito a Gestão de Riscos, Prevenção a Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD-FTP"), Segurança da Informação, Proteção de Dados e Auditoria Interna.

Comitê de Ética, Pessoas & ESG é órgão de assessoramento, não estatutário, de caráter permanente e de suporte à Diretoria da Companhia, que tem por objetivo institucional zelar pelos interesses da Companhia no que diz respeito ao seu Código de Conduta e Ética e demais normativos internos, dentre estes, notadamente a Política de Compliance e Controles Internos, a Política do Canal Confidencial e a Política Anticorrupção e Fraude, bem como discutir assuntos estratégicos relacionados aos colaboradores da Companhia e ações da área de Pessoas & Cultura.

Câmara Consultiva de Autorregulação: é órgão consultivo e permanente, previsto no artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, que tem por objetivo manter canal permanente de discussão acerca das atividades de autorregulação com os Participantes do mercado de balcão organizado de valores mobiliários administrado pela BBCE.

Câmara Consultiva de Produtos: é órgão consultivo e não estatutário, que tem por objetivo fomentar a discussão entre a Companhia, seus acionistas e clientes sobre assuntos relacionados aos produtos e serviços disponibilizados pela BBCE nos mercados em que atua, bem como projetos de produtos e serviços a serem oferecidos futuramente aos clientes da Companhia.

## **b. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

A Diretoria Estatutária da BBCE atualmente é composta pela Diretora Presidente, 1 (um) Diretor de Riscos e PLD-FTP e 1 (um) Diretor sem designação específica, cujas atribuições resumidas são as abaixo descritas:

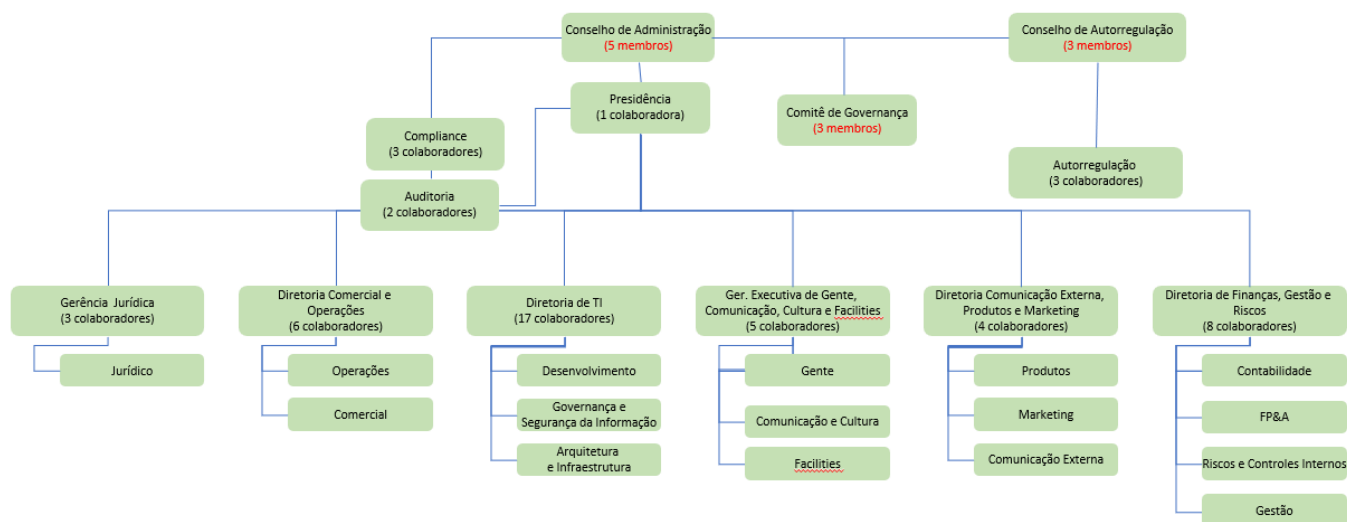
- Diretora Presidente: além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), a Diretora Presidente possui as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE.

- Diretor de Riscos e PLD/FTP: além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), o Diretor de Riscos e PLDFTP é responsável pelas áreas de Riscos e Financeira, e pelas atividades de PLD/FTP, conforme dispõem as Resoluções CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 e nº 135, de 10 de junho de 2022.
- Diretor sem designação específica: além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), é responsável pelas áreas de Produtos, Comunicação Externa e de Marketing.

**c. Organograma funcional, contendo indicação do número de pessoas afetas a cada área ou função, bem como informação quanto ao tipo de qualificação requerida**

Organograma funcional BBCE:

**Organograma funcional BBCE – Resolução CVM 135/2022 – Anexo B – Item 6.1.c**



Para cada função a ser exercida, a BBCE estabelece requisitos técnicos, experiência profissional e responsabilidades estratégicas ou atividades operacionais específicas para o adequado atendimento às exigências da função. Nesse sentido, abaixo a descrição das qualificações exigidas dos titulares de cada área:

**Tecnologia da Informação**

Formação superior completa, experiência em definição de padrões e políticas, manutenção de infraestrutura de TI (microinformática, servidores *on premise* e *cloud services*), segurança da informação, cyber segurança, arquitetura, sustentação e manutenção de plataformas online próprias e projetos de desenvolvimento de software e inovação.

**Operações / Experiência de Cliente**

Formação superior completa, experiência em projetar, estruturar e melhorar a experiência de clientes em todos os pontos de contato, incluindo vendas, atendimento ao cliente, redes sociais, faturamento, suporte técnico, contact centers, contato face-to-face, cadastro de cliente e experiência no monitoramento das plataformas de negociação, entre outros.

### **Jurídico**

Formação em Direito, experiência em escritórios de advocacia ou departamentos jurídicos de empresas, com atuação em áreas do Direito Empresarial, Mercado de Energia, Mercado Financeiro e de Capitais, Direito Regulatório, Direito Societário e Governança Corporativa, Direito Civil, Direito Trabalhista e Direito da Tecnologia da Informação.

### **Riscos & Controles Internos**

Formação superior completa em Administração, Direito, Tecnologia e/ou Matemática, especialização em Riscos, Fraude, Compliance, Proteção de Dados (LGPD) e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP), experiência profissional no mapeamento e análise de processos, identificação, análise e monitoramento de riscos e controles, bem como no monitoramento de operações cursadas no mercado financeiro e de capitais e mercado livre de energia, implementação e revisão de políticas, normas e procedimentos internos, garantindo eficiência operacional e governança corporativa.

### **Compliance**

Formação superior completa em Administração, Direito, Tecnologia, especialização em Fraude, Compliance, Proteção de Dados (LGPD) e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP), experiência profissional no monitoramento de operações cursadas no mercado financeiro e de capitais e mercado livre de energia, implementação e revisão de políticas, normas e procedimentos internos, garantindo eficiência operacional e governança corporativa.

### **Produtos**

Formação superior completa, experiência em gestão de produtos e desenvolvimento de novas soluções e parcerias. Representa os interesses institucionais e de stakeholders e de clientes dentro e fora da Companhia, além de funcionalidades dos produtos, gestão dos backlogs, priorização de tarefas, tomada de decisões referente aos produtos em portfólio e parcerias estratégicas.

### **Marketing**

Formação superior completa, experiência em comunicação interna, externa e marketing. Representa os interesses institucionais e de stakeholders dentro e fora da Companhia, define posicionamento de marca, tom de voz e comunicação com a imprensa.

### **Financeiro**

Formação superior completa em administração, contabilidade ou economia, experiência em estratégias de investimento, modelagem financeira, *valuation*, análise de receitas, mix de produtos, custos, despesas, investimentos e rentabilidade, contas a pagar, contas a receber, tesouraria, áreas contábeis, fiscal e *facilities*. Para esta área também é necessário o conhecimento em *pricing*, processo de compras e auditoria financeira.

### **Comercial**

Formação superior completa, experiência em atendimento a clientes, venda no mercado livre e derivativos de energia, negociação, projeção de vendas, ciclo de vendas completo. Nesta área é necessário boas habilidades de comunicação.

### **Gente, Gestão, Cultura e Comunicação**

Formação superior completa, experiência em remuneração e benefícios, treinamento e desenvolvimento, clima e cultura organizacional, saúde e segurança no trabalho, relações trabalhistas e sindicais, departamento de pessoal e comunicação interna.

### **Autorregulação**

Formação superior completa, experiência relevante no funcionamento do Departamento de Autorregulação ou em seus pilares, que são: supervisão de ofertas e operações, auditoria/fiscalização em participantes e/ou *enforcement* jurídico. Adicionalmente é necessário possuir bons conhecimentos das regras da CVM aplicáveis ao mercado de valores mobiliários.

### **Auditoria Interna**

Formação superior completa, experiência em liderar e participar de auditorias regulatórias e não regulatórias relacionadas a áreas específicas do mercado de energia e do mercado de balcão organizado para derivativos de energia, e em liderar auditorias relacionadas às áreas e processos da Companhia desde a fase de planejamento até a emissão do relatório final.

### **6.2. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

**6.3. Anexar tabela, nomeando como Anexo 6.3, indicando para cada pessoa que atua como administrador ou como membro de comitês estatutários ou permanentes, ou que tenha atuado nesses cargos no exercício social anterior:**

- a. Nome
- b. Data de nascimento
- c. CPF ou número do passaporte
- d. Cargo
- e. Prazo de início e de término do mandato
- f. Atividades e setores sob sua responsabilidade

Vide tabela no Anexo 6.3.

**6.4. Em relação a cada uma das pessoas indicadas no item 6.3, anexar, nomeando como Anexo 6.4, informação sobre acusações decorrentes de processos administrativos, bem como punições sofridas, nos últimos 5 (cinco) anos, em processos administrativos e judiciais relativos a matérias ligadas aos mercados financeiro e de capitais, ainda que pendentes de apreciação de recursos ou sem trânsito em julgado.**

Em relação às pessoas indicadas no item 6.3 acima, a Companhia não tem conhecimento de processos administrativos ou punições sofridas em processos administrativos e judiciais relativos a matérias ligadas aos mercados financeiro e de capitais, ainda que pendentes de apreciação de recursos ou sem trânsito julgado, nos últimos 5 (cinco) anos.

**6.5. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

**6.6. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

## **7. SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS**

**7.1. Informar sobre as sociedades coligadas ou controladas pela entidade ou com as quais mantenha relação contratual ou de outra natureza relativa à operação dos sistemas utilizados nas negociações cursadas em seus ambientes e na liquidação dos negócios, se for o caso.**

A BBCE não é controladora e nem coligada ou controlada por qualquer entidade, seus sistemas de negociação são proprietários e não há liquidação dos negócios em seus sistemas.

## **8. REGRAS, PROCEDIMENTOS E CONTROLES INTERNOS**

**8.1. Descrever a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços.**

Em linha com as recomendações do Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo ("GAFI/FATF") e em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, a BBCE utiliza a metodologia de Abordagem Baseada em Risco ("ABR"), de forma a, no limite de suas atribuições, identificar, analisar, compreender e mitigar os riscos de LDFTP<sup>1</sup> inerentes à contratação de fornecedores e parceiros, seja para fornecimento de produtos ou na prestação de serviços. A BBCE possui o Procedimento Interno de KYS – Seleção, Contratação e Monitoramento de Fornecedores e Parceiros ("PI de KYS"), por meio do qual descreve os detalhes da ABR utilizada na avaliação de seus fornecedores e parceiros.

Os fornecedores deverão ser, com base nas variáveis identificadas no processo de *background check*, classificados em risco alto, médio ou baixo. Quando a classificação do fornecedor for de risco alto, a análise deverá ser encaminhada para aprovação final do Comitê de Riscos e, se aprovado, deverá ser encaminhado para a área Jurídica para que sejam realizadas as devidas adequações contratuais

---

<sup>1</sup> Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa.

diante do risco identificado. Se a classificação do fornecedor for de risco médio, a aprovação deve ser feita pela Diretoria de Riscos e se for risco baixo, a aprovação é feita pela Gerência de Compliance.

Há algumas situações na contratação de fornecedores e parceiros que merecem atenção, da área de especialidade (Tecnologia e Jurídica), e quando aplicável, das áreas de Riscos & Controles internos e Compliance, no que tange ao processo de *background check*, observar se:

- O fornecedor dos produtos ou serviço não possuir referências de mercado;
- Houver tentativa de evitar ou impedir quaisquer das etapas de identificação das partes, conforme estabelecido no PI de KYS ou em quaisquer outras políticas e procedimentos da BBCE, tais como recusa ou imposição de atraso desnecessário para entrega de documentos;
- Houver inobservância dos procedimentos usuais de contratação da BBCE;
- Houver solicitação de pagamentos em espécie ou através de contas de terceiros;
- O fornecedor evitar comunicações por escrito, emissão de relatórios de execução, emissão de notas fiscais, propostas por escrito, dentre outros tipos de formalização da relação;
- Houver indicação por pessoas relacionadas à administração pública, órgãos reguladores, Pessoa Exposta Politicamente ("PEP") ou se relacionar com estes;
- No quadro executivo do fornecedor, figurar pessoa que ocupa ou tenha ocupado função executiva, de diretoria ou sido funcionário de partido político ou na administração pública há menos de 5 (cinco) anos; e
- No quadro executivo do fornecedor, figurar pessoa que possua relação, direta ou indireta, com sócios, acionistas, conselheiros ou diretores (estatutários ou não) da BBCE.

Esta lista não é um rol exaustivo de situações, podendo outros pontos que indiquem possíveis conflitos de interesse ou que tragam riscos para a Companhia ser identificados pelas pessoas responsáveis pela seleção e contratação dos fornecedores. A averiguação de qualquer das situações acima servirá de alerta e a contratação deverá ser aprovada pelas áreas de Riscos & Controles Internos e Compliance, pela Diretoria ou, ainda, pelo Conselho de Administração, quando aplicável, observando-se as diretrizes previstas no Código de Conduta e Ética, na Política da Compliance e Controles Internos, na Política e no Procedimento Interno de PLDFTP, na Política de Negociação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e no Procedimento Interno de Compras.

#### AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES E PARCEIROS

Feita a seleção do fornecedor de acordo com os critérios técnicos e exigências estabelecidas pela área solicitante e anteriormente à assinatura do contrato de parceria, prestação de serviços ou fornecimento ("Contrato"), o fornecedor selecionado deve realizar o preenchimento da Ficha de *Due Diligence* do Fornecedor que contém os dados cadastrais do fornecedor e questões sobre integridade e privacidade de dados.

A Ficha de *Due Diligence* deve ser preenchida e encaminhada para as áreas de Riscos & Controles Internos e Compliance, que confrontarão as informações apresentadas, com suas pesquisas automatizadas e avaliações do sistema de *background check*.

As pesquisas levam em consideração as seguintes listas:

- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM);
- Demais Cadastros Estaduais ou Municipais relacionados à Lei no. 12.846/2013, tal como o Cadastro do Município de São Paulo de Empresas Punidas;
- Lista de Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Lista de “Debarred & Cross-Debarred Firms & Individuals” do Banco Mundial;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- Relação de Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- Listas de Sanções do CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- Notícias sobre possível envolvimento da pessoa ou empresa em processos/investigações relacionados a incidentes com Dados Pessoais e/ou vazamento de informações internas e outras mídias negativas.

Com relação a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), todos os resultados identificados com base no preenchimento das questões de privacidade de dados são devidamente arquivados e monitorados pela área responsável pela contratação. Os resultados relevantes são encaminhados para análise do Encarregado de Proteção de Dados (DPO), que, a depender do caso, poderá permitir ou não a continuidade do processo de contratação.

#### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As áreas de Riscos & Controles Internos e Compliance da BBCE, conforme mencionado acima, utiliza a metodologia de Abordagem Baseada em Riscos (“ABR”) definida a partir da verificação de variáveis, nos processos de identificação, monitoramento, análise e mitigação de riscos relacionados à LDFTP, corrupção, fraude, LGPD, Compliance e Integridade.

O fornecedor finalista, selecionado no processo de cotação, deverá passar por uma classificação de risco, anterior à efetivação da compra, no intuito de avaliar o potencial de exposição que este fornecedor poderá gerar à BBCE, de acordo com a natureza de suas atividades. Cabe destacar que, ao longo do relacionamento, a classificação de risco de cada fornecedor será reavaliada de forma periódica, com vistas a identificar a necessidade de readequação do risco e alteração do perfil de monitoramento, conforme o caso.

A metodologia de ABR aplicada pelas áreas de Riscos & Controles Internos e Compliance, é objetiva e determina que cada fornecedor terá um rating de risco, utilizando variáveis de risco, de modo que o rating de risco obtido pode ser alto, médio ou baixo.

A metodologia de ABR considera as seguintes variáveis:

- Tipo de pessoa jurídica (sociedade anônima de capital aberto ou fechado, sociedade limitada etc.);
- Existência de investidores não residentes (INR) na composição acionária do fornecedor (PJ, Fundos, Veículos de Investimentos etc.);

- Pessoas de Monitoramento Especial (PME);
- Existência de relacionamento com PEP e/ou organizações sem fins lucrativos (ONG);
- Setor Público ou Setor Privado;
- Jurisdição de origem da matriz, filiais e empresas relacionadas;
- Geolocalização da matriz, filiais e empresas relacionadas;
- Reputação: Mídias Negativas, Listas Restritivas etc.;
- Identificação dos Beneficiários Finais, quando aplicável;
- Histórico Criminal, Corrupção e Fraude, entre outros;
- Estrutura de Compliance, Controles Internos e conhecimento sobre os mercados regulados.

O cálculo do rating de risco considera que cada variável mencionada acima possui uma pontuação que, somadas, resultam na classificação de risco do fornecedor:

- **Risco Baixo:** Fornecedores contratados com prazo indeterminado e classificados como risco baixo são aprovados pela área de Compliance e possuem a avaliação de risco revisada a cada 3 (três) anos.
- **Risco Médio:** Fornecedores contratados com prazo indeterminado e classificados como risco médio necessitam da aprovação da Diretoria de Riscos e, se aprovados, a depender da situação que o classificou como tal, deverão ser inseridos no sistema de monitoramento e ter a avaliação de risco revisada a cada 2 (dois) anos.
- **Risco Alto:** Fornecedores contratados com prazo indeterminado e classificados como risco alto necessitam da aprovação do Comitê de Riscos e, se aprovados, a depender da situação que o classificou como tal, deverão ser inseridos no sistema de monitoramento e ter a avaliação de risco revisada anualmente.

No decorrer do relacionamento, os fornecedores e parceiros contratados com prazo determinado serão reavaliados conforme a classificação de risco e/ou sempre que houver renovação contratual.

Todos os fornecedores aprovados devem ter a contratação embasada e formalizada em contrato, cujo escopo, obrigações e responsabilidades devem ser avaliados pela área contratante em conjunto com o Jurídico BBCE, também responsável por avaliar os riscos jurídicos associados e a respectiva formalização da contratação.

Após a contratação, as respectivas áreas responsáveis demandantes deverão monitorar a adequada execução do contrato e respectivas obrigações contratuais.

## **8.2. Descrever as estruturas de governança, as políticas de controles internos e os procedimentos de auditoria interna desenvolvidos pela entidade com objetivo de assegurar:**

### **a. a identificação, prevenção e comunicação de operações suspeitas de fraudes e lavagem de dinheiro**

Todos os colaboradores e terceiros alocados nas dependências da BBCE são treinados com relação a PLD/FTP, anualmente, para que conheçam a legislação e saibam identificar as atipicidades relacionadas ao tema, devendo, ainda, assinar o Termo de Ciência do Código de Conduta e Ética da

BBCE. Assim, as áreas de negócio são responsáveis por monitorar e controlar os processos de trabalho dentro da Companhia devendo reportar tempestivamente atipicidades identificadas.

As áreas de Riscos & Controles Internos e Compliance apoiam as demais áreas da Companhia, mantendo as políticas e os procedimentos internos devidamente atualizados e formalizados. Além disso, monitoram as demais áreas com o objetivo de garantir que os controles e os processos de gerenciamento de riscos executados pelas áreas de negócio funcionem de acordo com o estabelecido nas políticas e procedimentos internos. Especificamente em relação ao monitoramento de operações, as áreas de Riscos & Controles Internos e Compliance são responsáveis pelo monitoramento das operações cursadas nas plataformas da BBCE que possuam indícios de irregularidades relacionadas às práticas de LDFTP e todas as atipicidades são levadas para conhecimento do Comitê de Riscos que deverá analisar os casos e reportar suspeitas ao UIF, em conformidade com a Resolução CVM nº 50/2021, sem prejuízo de reportes aos órgãos da Companhia, ou seja, Comitê de Governança e Conselho de Administração.

Adicionalmente, conforme evidenciado no organograma apresentado no item 6.1.c, a Companhia possui um Departamento de Autorregulação independente que atualmente auxilia a BBCE com o monitoramento de operações atípicas (*moneypass*, análise de preços, entre outras) conforme dispensa aprovada pela CVM.

O Comitê de Riscos, que engloba o antigo Comitê de PLD-FTP, tem como responsabilidade o gerenciamento de riscos geral da Companhia, bem como riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa ("LDFTP"), Segurança da Informação, Proteção de Dados e Auditoria Interna. Dentre as atribuições do Comitê, no que diz respeito a PLDFTP, estão:

- a. Analisar as métricas do período, levantadas pelo monitoramento de PLD-FTP, provendo o devido direcionamento;
- b. Apreciar os relatórios e comunicações emitidos pelos órgãos reguladores e pela auditoria, determinando as ações necessárias para atendimento das demandas relacionadas a Riscos, PLD-FTP, Segurança da Informação e Proteção de Dados;
- c. Atuar como instância consultiva da Diretoria, quando requerido, com relação aos investimentos a serem despendidos, em consonância com a Política Financeira da Companhia, e projetos a serem implementados, para o aprimoramento da gestão de riscos da Companhia, o monitoramento dos procedimentos de controle de PLD-FTP e o aprimoramento do ambiente de Segurança da Informação da Companhia.

A BBCE possui as seguintes documentações relacionadas a PLD/FTP:

- a. Política de PLD-FTP;
- b. Política de Compliance e Controles Internos;
- c. Política de Gestão de Riscos;

- d. Política de Anticorrupção e Fraude;
- e. Política de Negociações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses;
- f. Política de Relacionamento com a Administração Pública, Sindicatos e Associações;
- g. Política de Conformidade e Aplicação de Sanções;
- h. Política de Patrocínios e Doações;
- i. Código de Conduta e Ética;
- j. Procedimento Interno de PLD-FTP;
- k. Procedimento Interno de Brindes Presentes e Hospitalidades;
- l. Procedimento Interno de Investigações Corporativas;
- m. Procedimento Interno de KYC – Identificação e Cadastro de Clientes;
- n. Procedimento Interno de KYE – Seleção, Avaliação, Contratação e Monitoramento de Colaboradores e Posições Relevantes; e
- o. Procedimento Interno de KYS – Seleção, Contratação e Monitoramento de Fornecedores e Parceiros.

**b. o atendimento às normas legais e às disposições desta Resolução, podendo ser feita remissão a informações prestadas em outros itens deste formulário**

Como descrito nos itens “2”, “6.1.a” e “8.2.a” deste Formulário, a BBCE conta com uma estrutura de governança corporativa robusta, que contempla políticas e procedimentos internos que são constantemente avaliados e periodicamente revisados, cuja execução é avaliada pela área de auditoria interna e, também, pelas auditorias independentes contratadas anualmente pela Companhia, para avaliação das demonstrações financeiras e do Relatório Anual da Autorregulação.

Em relação à estrutura de governança corporativa, no que tange o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis à BBCE, vale destacar que:

- i.* além dos demais diretores, a Companhia conta com 3 diretores estatutários (Diretora Presidente, Diretor de PLD/FTP e Riscos e um Diretor sem designação específica) que são responsáveis pela elaboração, implementação, execução e monitoramento do cumprimento das políticas e procedimentos internos da Companhia, identificação, tratamento e mitigação de riscos;
- ii.* o Conselho de Administração, por sua vez, é responsável por avaliar e aprovar as políticas da Companhia, o plano da Auditoria Interna e os relatórios periódicos de riscos e PLDFTP, além de ser responsável por estabelecer diretrizes para a análise e tratamento dos riscos eventualmente identificados;
- iii.* o Comitê de Governança assessora o Conselho de Administração na avaliação prévia das políticas internas da Companhia, opinando e recomendando melhorias, além de acompanhar e receber reportes periódicos em relação ao cumprimento do plano de auditoria interna e do tratamento dos riscos identificados pela Companhia;

- iv. o Comitê de Riscos assessora a Diretoria e zela pelos interesses da Companhia, analisando os casos de sua competência e supervisionando a adoção dos procedimentos, atividades e planos de ação a serem cumpridos pelas áreas de negócio relacionados a Gestão de Riscos, a PLD-FTP, a Segurança da Informação, a Proteção de Dados e a Auditoria Interna, podendo fazer recomendações à Companhia com o objetivo de resolver falhas e mitigar possíveis riscos identificados;
- v. desde 2023, a Companhia conta com uma área de Auditoria Interna, que é uma área independente e com reporte direto ao Conselho de Administração, responsável por verificar o cumprimento, pelas áreas da BBCE, do estabelecido nas normas e regulamentos aplicáveis à BBCE, bem como em suas políticas e procedimentos internos, além de verificar a adequada implementação dos planos de ação estabelecidos pelas áreas; e
- vi. Anualmente, conforme requerido pela regulamentação aplicável e disposto no item 2 deste Formulário, a Companhia passa por 2 processos de auditoria independente para verificar os procedimentos relacionados: (a) às suas demonstrações financeiras; e (b) às atividades reportadas no Relatório Anual da Autorregulação.

**8.3. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

**8.4. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

## **9. FUNCIONAMENTO DO MERCADO**

**9.1. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

**9.2. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

## **10. SISTEMAS CRÍTICOS**

**10.1. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

**10.2. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

**10.3. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

## **11. ESTUDO DE VIABILIDADE**

**11.1. Não aplicável, por não se tratar de pedido de autorização.**

## **ANEXO 5.2**

## Anexo 5.2 – Resolução CVM 135/2022

#	a) Nome	b) Nacionalidade	c) CNPJ / CPF	d) Quantidade de Ações detidas, por classe e espécie*	e) Percentual detido em relação ao total do capital social e classe de ação*	Total por grupo/empresa	g) Participa do 6º Aditamento ao Acordo de Acionistas da BBCE?
1	Four T - Administração de Bens Próprios e Participações LTDA.	Brasileira	12.143.353/0001-20	15.330 ON	13,91%	13,91%	Sim
2	Boven Comercializadora de Energia Ltda.	Brasileira	14.609.649/0001-19	8.524 ON	7,73%	7,73%	Sim
3	Cinergy Comercializadora de Energia LTDA.	Brasileira	11.199.567/0001-55	1.147 ON	1,04%	5,61%	Sim
	GET Comercializadora de Energia S.A.	Brasileira	31.557.781/0001-43	1.146 ON	1,04%		Sim
	Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasileira	17.858.631/0001-49	3.888 ON	3,53%		Sim
4	Principal Comercializadora de Energia Ltda.	Brasileira	24.616.097/0001-20	1.133 ON	1,03%	5,08%	Sim
	Delta Comercializadora de Energia Ltda.	Brasileira	04.802.543/0001-83	4.462ON	4,05%		

\* A BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. possui apenas ações ordinárias, sem diversificação de classe ou espécie.

## **ANEXO 6.3**

## Anexo 6.3 – Resolução CVM 135/2022

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Alexandre Maciel Thorpe			Diretor Estatutário; Diretor Presidente interino; Diretor Presidente	03/01/2023 a 15/05/2023; 03/05/2023 a 15/05/2023; 09/10/2023 a 11/07/2024;	Responsável pelas áreas de Operações, Pessoas & Cultura, Jurídico, Compliance, Riscos e Controles Internos e Experiência do Cliente. Além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), foi indicado como Diretor Presidente interino, considerando a renúncia de André Brandão, e possui as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE e as previstas da regulamentação aplicável. Renunciou em 15/05/2023. Foi eleito como Diretor Presidente em 09/10/2023, exercendo, além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE e as previstas da regulamentação aplicável. Renunciou em 11/07/2024.
André Guilherme Brandão			Diretor Presidente; Membro do Comitê de Governança;	02/05/2022 a 02/05/2023;	Além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), o Diretor Presidente possui as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE e as previstas da regulamentação aplicável. Renunciou em 02/05/2023.
Andrew Frank Storfer			Membro do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Governança;	25/03/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 25/03/2024	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE, vigente à época de seu mandato. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia, durante o período de seu mandato;

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Camila Salvetti Mosaner Batich			Superintendente Jurídica, de Compliance, Controles Internos e Riscos; Membro do Comitê de Governança; Diretora Estatutária de Riscos e PLD/FTP; Diretora Presidente Interina; Diretora Presidente	A partir de 20/07/2022; 02/05/2023 a 01/05/2025; 11/07/2024 a 23/01/2025 A partir de 23/01/2025	Superintendente responsável pelo Jurídico, Compliance, Riscos e Controles Internos da BBCE. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia. Foi eleita como Diretora Estatutária de Riscos e PLD/FTP, para mandato de 02/05/2023 a 01/05/2025, responsável pelas áreas de Riscos, Jurídica e de Compliance e Controles Internos, além de ser responsável por Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD/FTP"), conforme dispõe a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. Além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), foi indicada como Diretora Presidente interina, considerando a renúncia de Alexandre Maciel Thorpe, e possui as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE e na Resolução CVM 135, art. 34. Renunciou ao cargo de Diretora de Riscos e PLD/FTP em 22/01/2025. Como Diretora Presidente eleita em 23 de janeiro de 2025, exercendo, além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE e as previstas da regulamentação aplicável
Carlos Eduardo Ratto Pereira			Diretor Presidente; Membro do Comitê de Governança	19/03/2019 a 02/05/2022;	Além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária, o Diretor Presidente possuía as atribuições exclusivas definidas no Artigo 15 do Estatuto Social da BBCE vigente à época de seu mandato e as previstas da regulamentação aplicável.
Carolina Figueiredo Pinto Ferreira			Diretora Estatutária de Riscos e PLD/FTP	23/01/2025 a 25/02/2026	Diretora Estatutária de Riscos e PLD/FTP, responsável pelas áreas de Riscos, Jurídica, de Compliance e Controles Internos, além de ser responsável por Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD/FTP"), conforme dispõe a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 Renunciou em 25/02/2026.

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Cassio Casseb Lima			Membro do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Governança;	02/06/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 24/03/2024; 25/03/2024 a 15/04/2026; 16/04/2026 até eleição de substituto em 2026;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia.
Daniel Augusto Rossi			Membro do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Governança;	25/03/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 25/03/2024;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE, vigente à época de seu mandato. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia, durante o período de seu mandato;
Eduardo Spatafora Corceiro			Responsável pelo Departamento de Autorregulação;	10/02/2022 a 09/02/2027;	Responsável pelo Departamento de Autorregulação e pelas atribuições atribuídas pela regulamentação aplicável, Estatuto Social (artigo 41), Regimento Interno e Regulamento Processual da Estrutura de Autorregulação da BBCE.
Eduardo Rossetti Lopes			Diretor Estatutário sem designação específica	23/01/2025 a 22/01/2027	Foi eleito como Diretor Estatutário sem designação específica, responsável pelas áreas de Produtos, Comercial e Marketing.
Esoani Portes Junior			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2024 a 15/04/2026;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Foi eleito como Suplente do Conselho de Administração. Em 05/11/2024 tomou posse do cargo de Conselheiro.
Erico Evaristo de Oliveira			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2020 a 28/04/2022;	Como membro do Conselho de Administração, tinha a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE vigente à época de seu mandato.

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Erico Mendonça de Mello			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2024 a 15/04/2026;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Foi eleito também Presidente do Conselho de Administração.
Felipe Gabriel Nasciben			Diretor Estatutário	08/10/2021 a 26/04/2022; 27/04/2022 a 01/05/2023;	Responsável pela Área de Produtos e Marketing e, também por Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD/FTP"), conforme dispõe a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. Renunciou ao cargo de Diretor Estatutário e responsável por PLD/FTP em 01/05/2023 e foi substituído por Camila Salvetti Mosaner Batich.
Gustavo Henrique de Barroso Franco			Membro do Conselho de Administração;	02/06/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 25/03/2024;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE, vigente à época de seu mandato.
João Gabriel Crnkovic de Barros			Membro do Conselho de Administração;	27/03/2025 a 15/04/2026; 16/04/2026 até eleição de substituto em 2028;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Foi eleito também como Vice Presidente do Conselho de Administração.
Juliana Fonseca Andrade			Gerente de Riscos, Compliance e Controles Internos; Membro do Comitê de Governança;	03/09/2021 a 20/07/2022;	Gerencia a área de Riscos, Compliance e Controles Internos da BBCE. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia.
Luiz Felipe Amaral Calabro			Membro do Conselho de Autorregulação;	11/12/2020 a 04/06/2023; 05/06/2023 a 04/06/2026;	Responsável, dentre as demais atribuições previstas na regulamentação aplicável, Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento Processual da Estrutura de Autorregulação, por supervisionar o cumprimento do plano de trabalho do Departamento de Autorregulação e julgar os processos instaurados, instruídos e conduzidos pelo Departamento de Autorregulação, conforme aplicável, nos termos do Regulamento Processual.

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Luiz Paulo Rosenberg			Membro do Conselho de Administração; Membro do Conselho de Autorregulação;	31/05/2022 a 24/03/2024; 25/03/2024 a 15/04/2026; 16/04/2026 até eleição de substituto em 2028;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE; Responsável, dentre as demais atribuições previstas na regulamentação aplicável, Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento Processual da Estrutura de Autorregulação, por supervisionar o cumprimento do plano de trabalho do Departamento de Autorregulação e julgar os processos instaurados, instruídos e conduzidos pelo Departamento de Autorregulação, conforme aplicável, nos termos do Regulamento Processual.
Marcio Augusto de Castro			Diretor Estatutário; Diretor Presidente interino;	15/05/2023 a 01/05/2025; 15/05/2023 a 09/10/2023;	Responsável pela área de Tecnologia. Além das atribuições comuns à Diretoria Estatutária (previstas no artigo 24 do Estatuto Social), foi indicado como Diretor Presidente interino, considerando a renúncia de Alexandre Maciel Thorpe, e possui as atribuições exclusivas definidas no Artigo 26 do Estatuto Social da BBCE e as previstas da regulamentação aplicável. Renunciou em 09/10/2023 ao cargo de Diretor Estatutário e ao cargo de Diretor Presidente Interino.
Marco Antonio Rizzi Lopes de Campos			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 24/03/2024; 25/03/2024 a 06/02/2025;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Renunciou em 06/02/2025.
Marina Copola de Carvalho			Membro do Conselho de Autorregulação;	05/06/2020 a 04/06/2023; 05/06/2023 a 12/12/2023;	Responsável, dentre as demais atribuições previstas na regulamentação aplicável, Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento Processual da Estrutura de Autorregulação, por supervisionar o cumprimento do plano de trabalho do Departamento de Autorregulação e julgar os processos instaurados, instruídos e conduzidos pelo Departamento de Autorregulação, conforme aplicável, nos termos do Regulamento Processual. Renunciou em 12/12/2023.
Patrícia Tanaka Wako			Gerente Jurídica; Membro do Comitê de Governança;	18/10/2021 a 20/07/2022;	Gerencia a área jurídica da BBCE. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia.

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Paulo Roberto Duarte de Toledo			Membro do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Governança;	29/04/2022 a 24/03/2024; 25/03/2024 a 15/04/2026;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia.
Pedro Paulo Vicente de Azevedo Kurbhi			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2020 a 28/04/2022;	Como membro do Conselho de Administração, tinha a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE vigente à época de seu mandato.
Rafael de Souza Bispo			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2024 a 05/11/2024;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Renunciou em 05/11/2024.
Renata Guimarães Ohlson			Diretora Estatutária;	02/05/2023 a 05/06/2023;	Foi eleita como Diretora Estatutária sem designação específica, para mandato de 02/05/2023 a 01/05/2025, responsável pela área Financeira. Foi destituída em 05/06/2023.
Renato Cesar Michelin da Silva			Diretoria Estatutária;	02/01/2024 a 01/01/2026; 01/01/2026 a 02/01/2028	Foi eleito como Diretor Estatutário sem designação específica, responsável pelas áreas Financeira e Riscos e Controles Internos, além de ser responsável por Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa ("PLD/FTP"), conforme dispõe a Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021
Ricardo Marques Lisboa			Membro do Conselho de Administração;	03/02/2022 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 24/03/2024; 25/03/2024 a 15/04/2026; 16/04/2026 até eleição de substituto em 2028;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Foi eleito também como Presidente do Conselho de Administração.

Nome Completo	Data de Nascimento	CPF	Cargo	Prazo Mandato	Atividades e setores sob sua responsabilidade
Rodrigo Fernando Pereira de Albuquerque e Mello			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2020 a 26/03/2022;	Como membro do Conselho de Administração, tinha a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE vigente à época de seu mandato.
Rubens Celso Alves Misorelli Filho			Membro do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Governança;	29/04/2022 a 24/03/2024; 25/03/2024 até 30/01/2026;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE. Como membro do Comitê de Governança possui a função de assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à governança corporativa da Companhia. Renunciou em 30/01/2026
Silvio Romero de Lemos Meira			Membro do Conselho de Administração;	02/06/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 31/05/2022;	Como membro do Conselho de Administração, tinha a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE vigente à época de seu mandato.
Simone Lourival Acioli			Membro do Conselho de Autorregulação;	05/06/2020 a 04/06/2023; 05/06/2023 a 04/06/2026	Responsável, dentre as demais atribuições previstas na regulamentação aplicável, Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento Processual da Estrutura de Autorregulação, por supervisionar o cumprimento do plano de trabalho do Departamento de Autorregulação e julgar os processos instaurados, instruídos e conduzidos pelo Departamento de Autorregulação, conforme aplicável, nos termos do Regulamento Processual.
Victor Kodja Tebecherani			Membro do Conselho de Administração;	25/03/2020 a 28/04/2022; 29/04/2022 a 25/03/2024;	Como membro do Conselho de Administração, tem a função de estabelecer a orientação geral dos negócios da BBCE e demais atribuições previstas no Estatuto Social da BBCE, vigente à época de seu mandato.

